

Audiência Pública Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF 2º Quadrimestre 2015

Art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000

2º Quadrimestre 2015

Diário Oficial do Estado nº 20.154, de 30/09/2015

Relatório de Gestão Fiscal – 2º Quadrimestre/2015;

Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 4º Bimestre/2015.

Florianópolis, 13 de abril de 2016

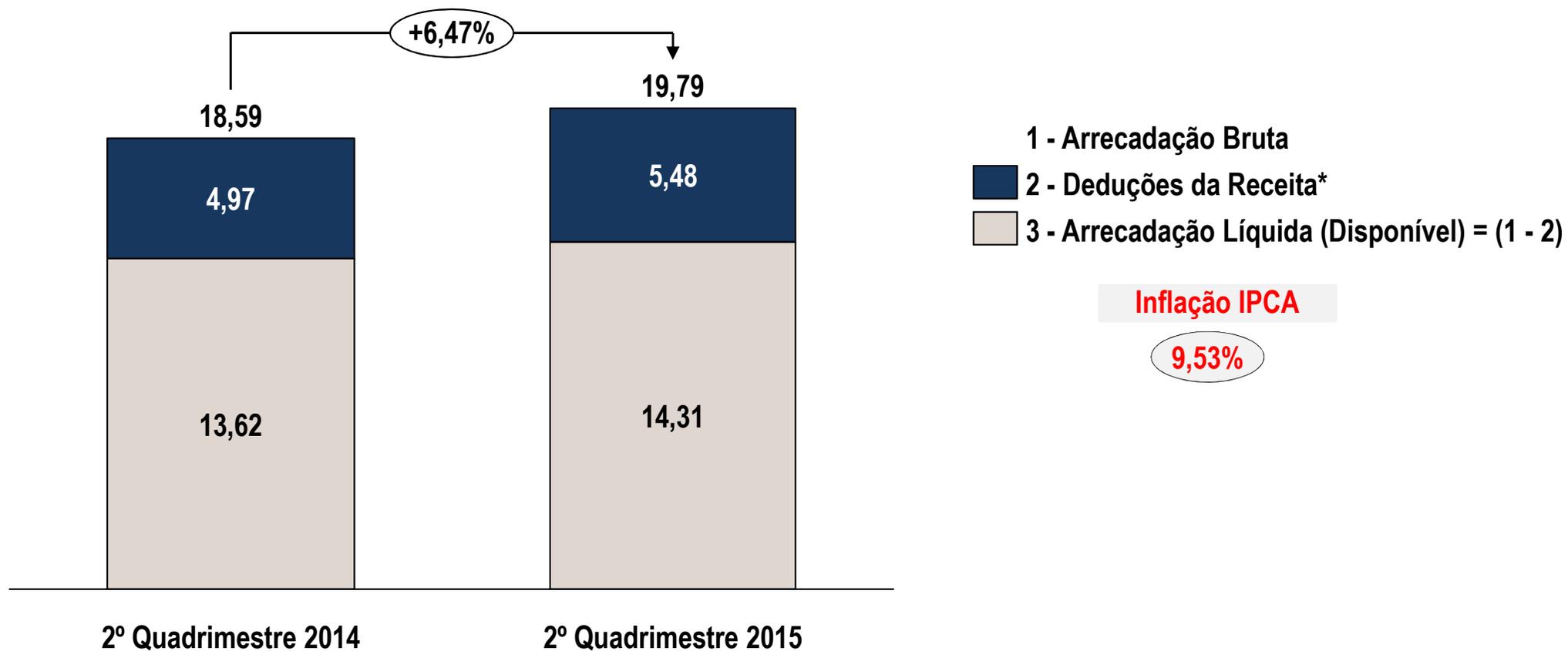


A Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), que foi um marco nas finanças públicas do Brasil, criou regras e limites para uma **gestão fiscal responsável**, visando ao **equilíbrio das contas públicas**. Neste sentido, além de impor o estabelecimento de metas de resultado primário e nominal a serem atingidas, a LRF fixou limites para as despesas com pessoal, endividamento, operações de crédito, garantias e contragarantias, bem como a inscrição de restos a pagar.



Receita Total

Bilhões R\$

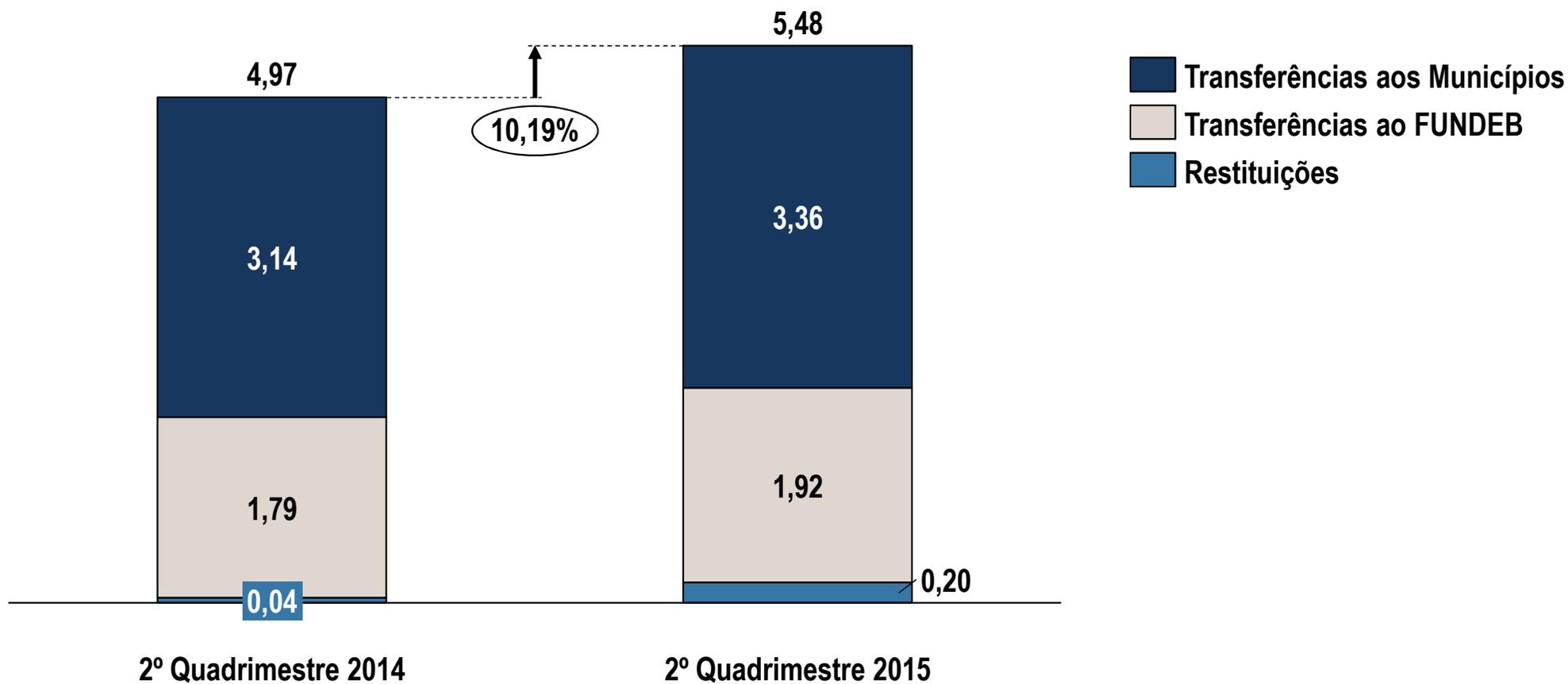


* Consideram-se deduções da receita os repasses constitucionais e legais aos Municípios, os repasses ao FUNDEB e as restituições aos contribuintes.



Deduções da Receita

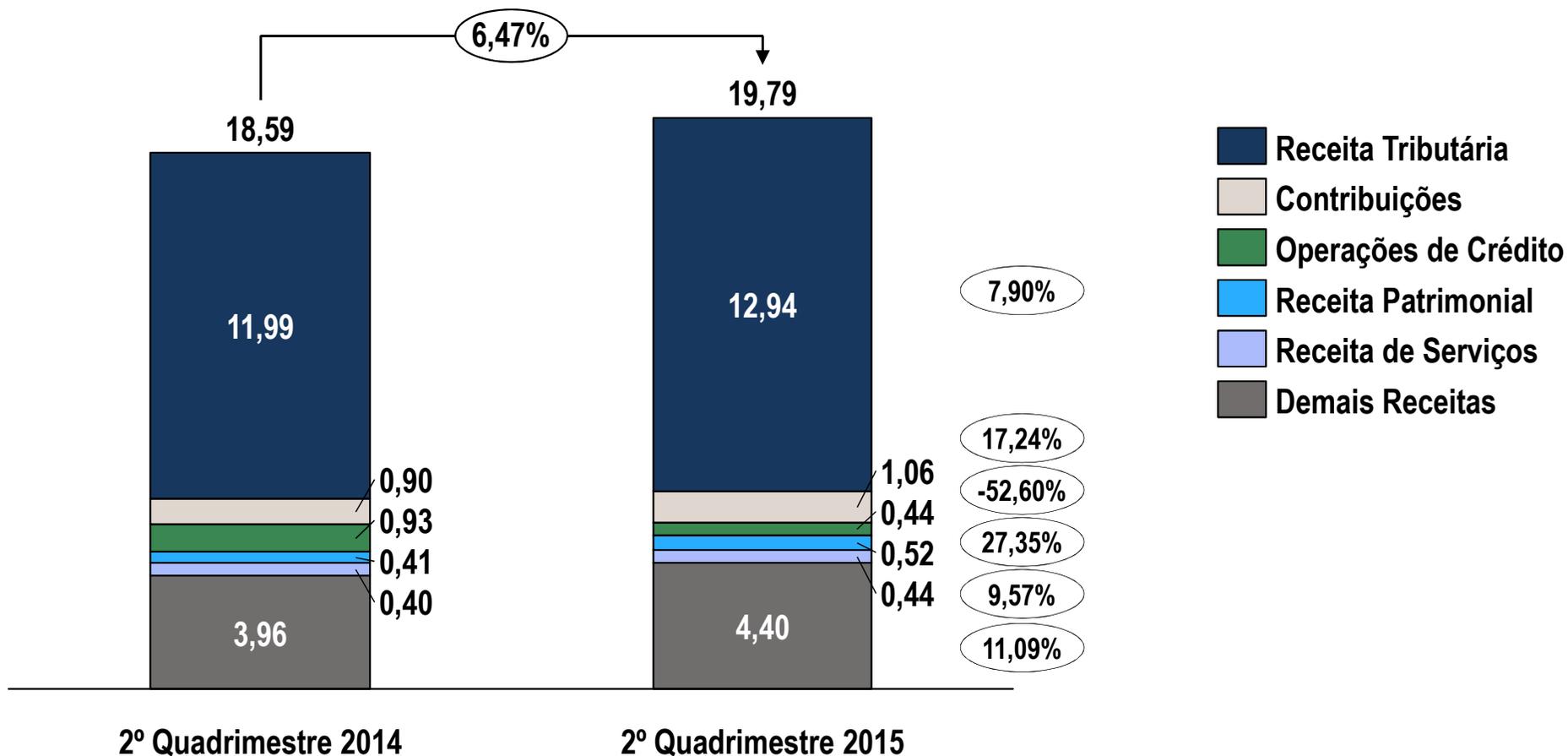
Bilhões R\$



Arrecadação Bruta Total do Estado

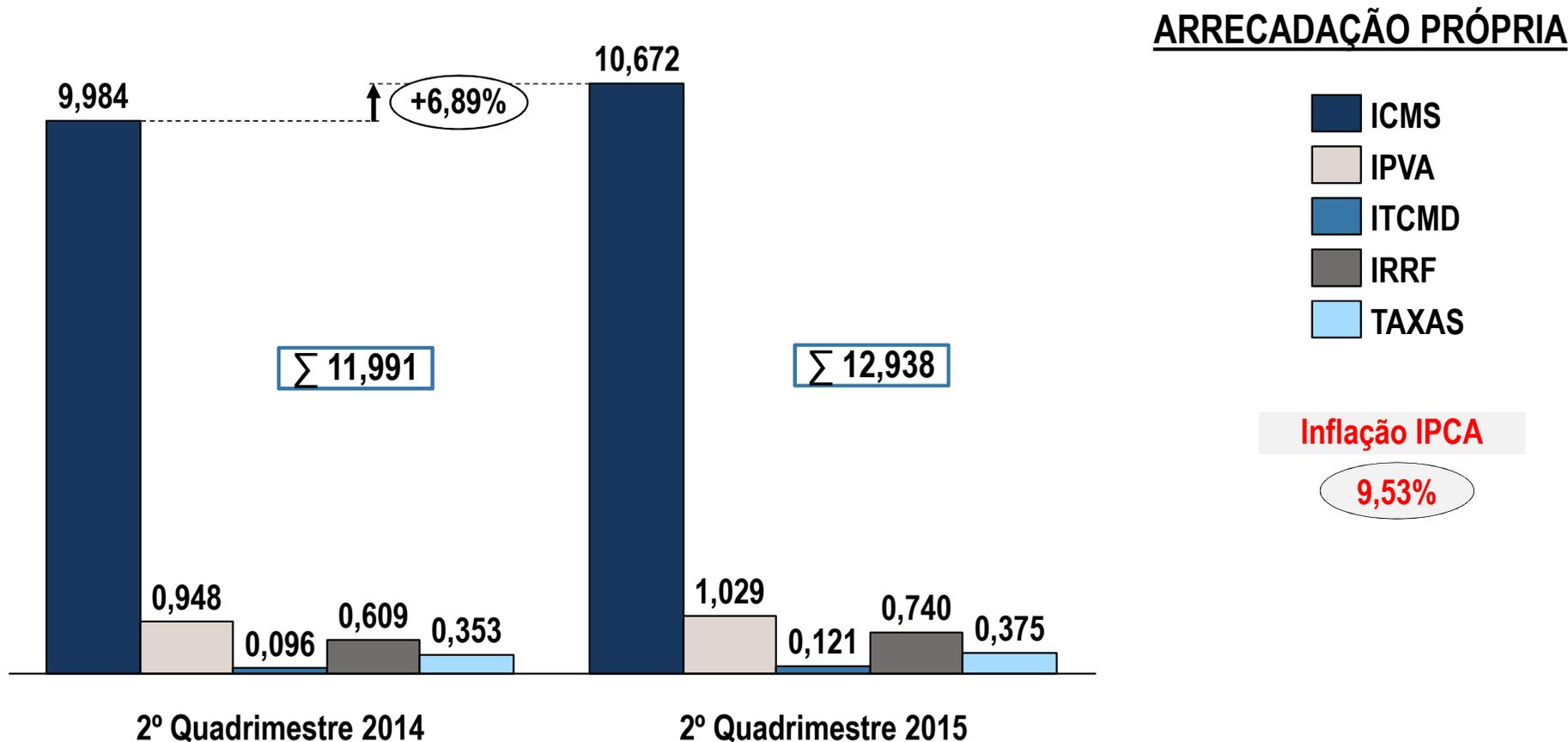
Composição das Receitas

Bilhões R\$



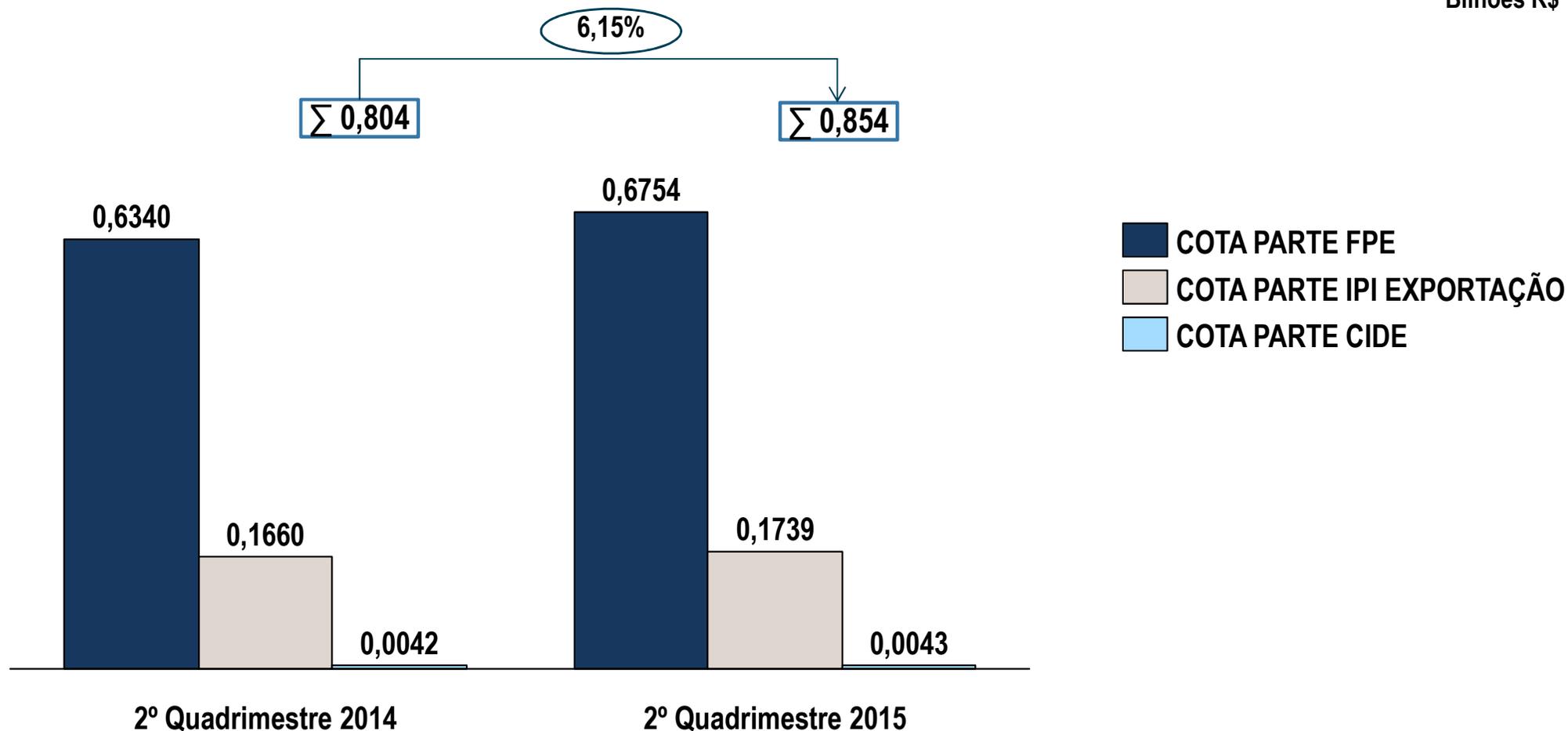
Arrecadação Tributária Bruta

Bilhões R\$



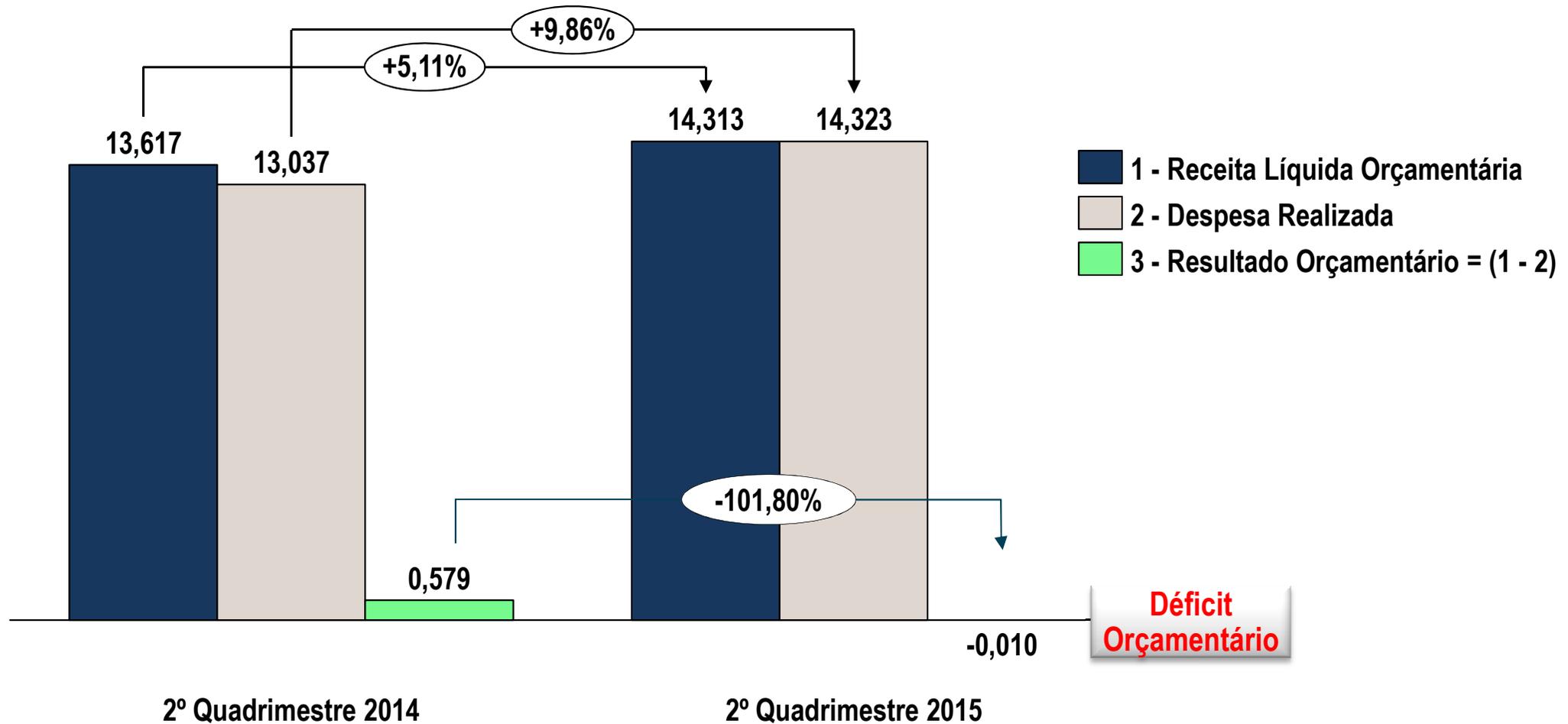
Repasses da União

Bilhões R\$



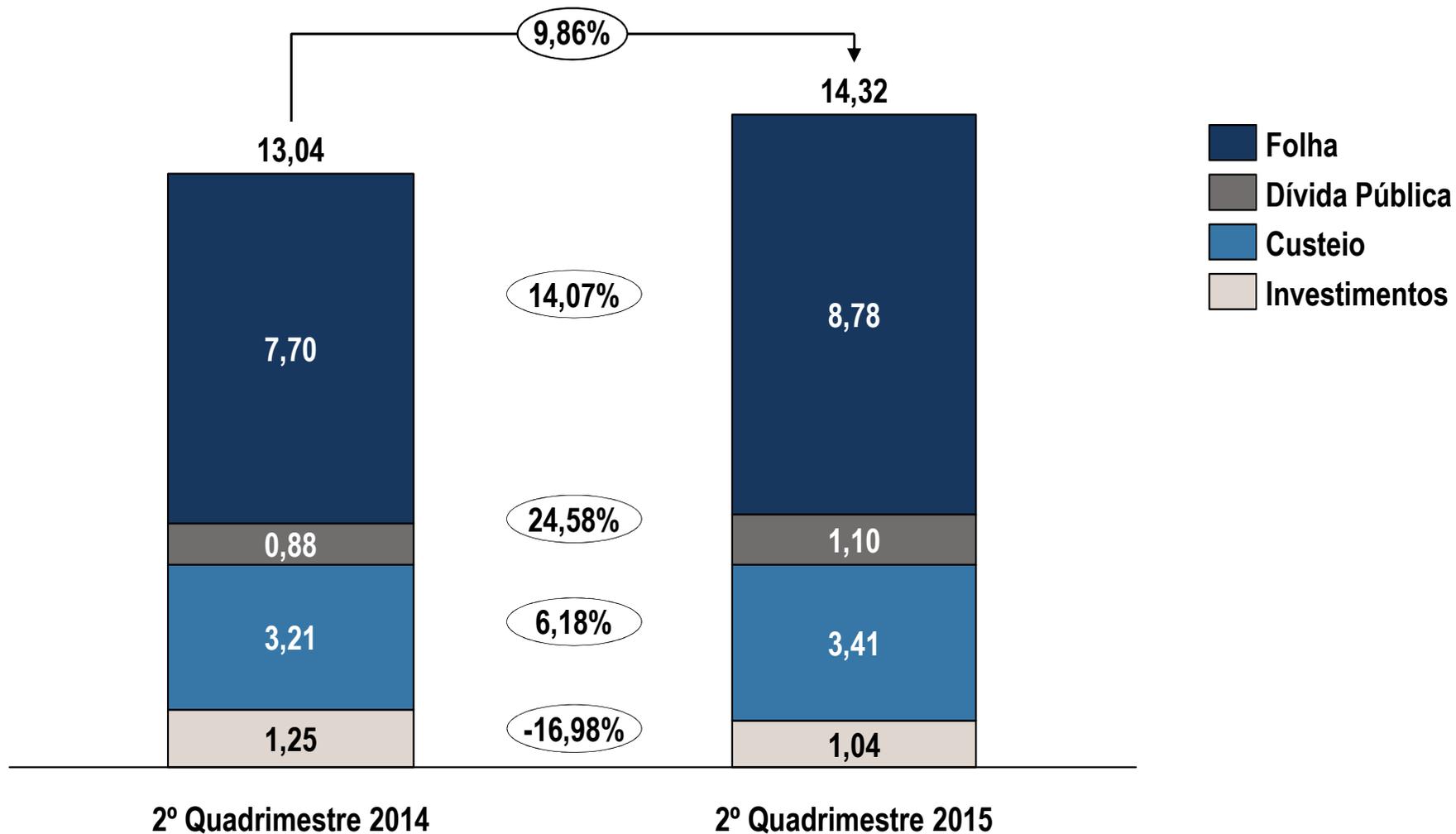
Resultado da Execução Orçamentária

Bilhões R\$

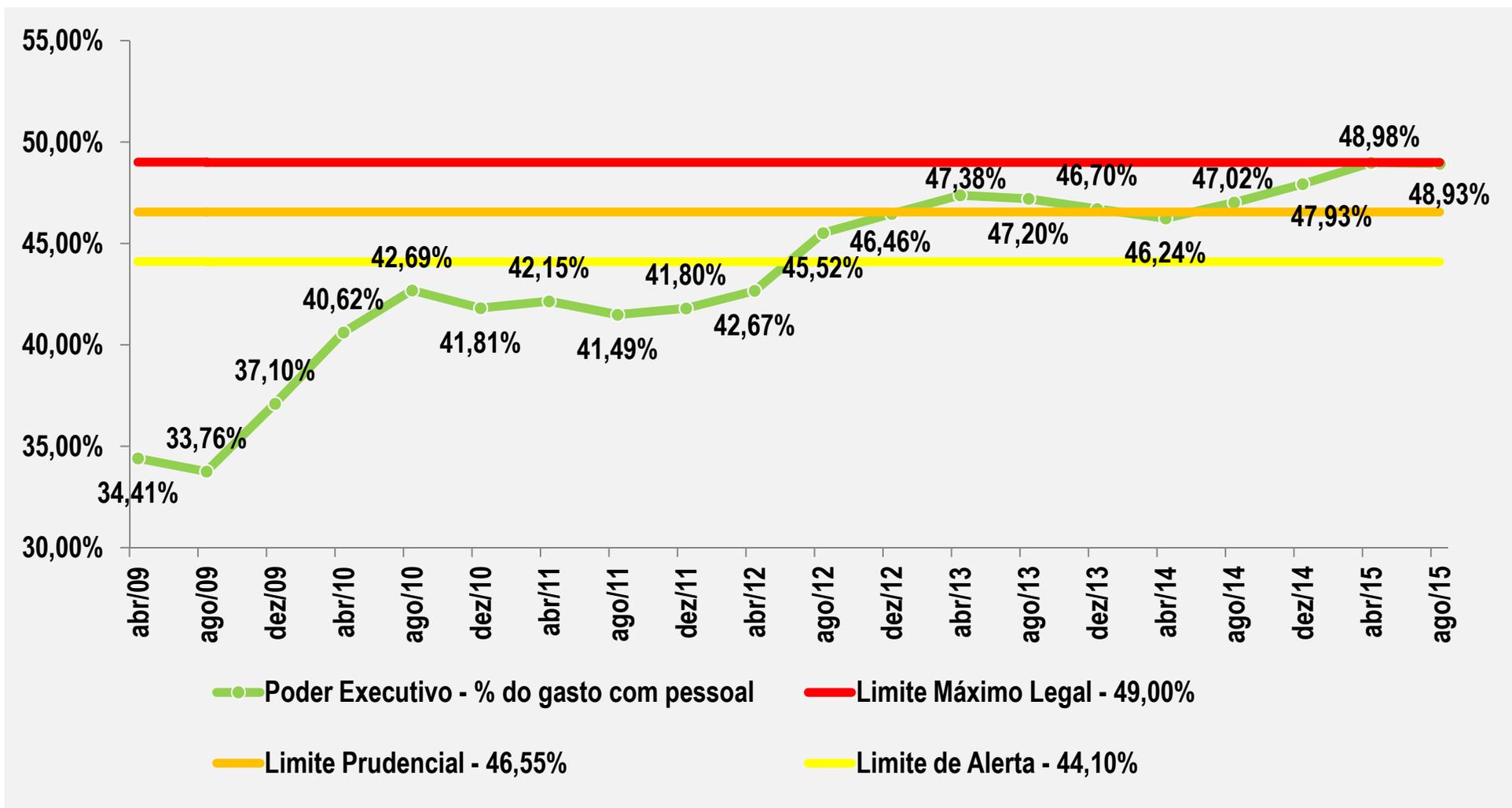


Despesas por Grupo

Bilhões R\$

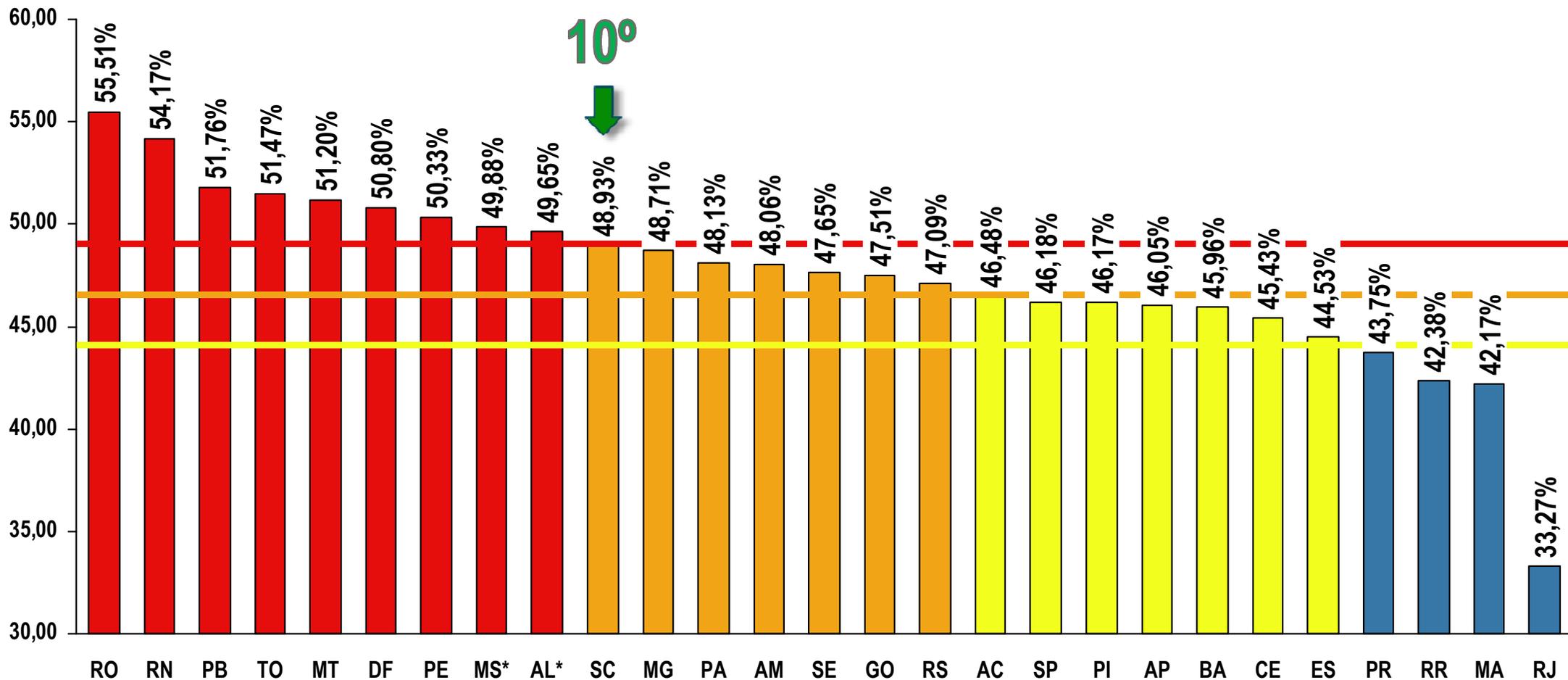


Gasto com Pessoal conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal



SC no cenário nacional – % Gasto com Pessoal (LRF)

■ Limite Máximo Legal - 49,00%
 ■ Limite Prudencial - 46,55%
 ■ Limite de Alerta - 44,10%



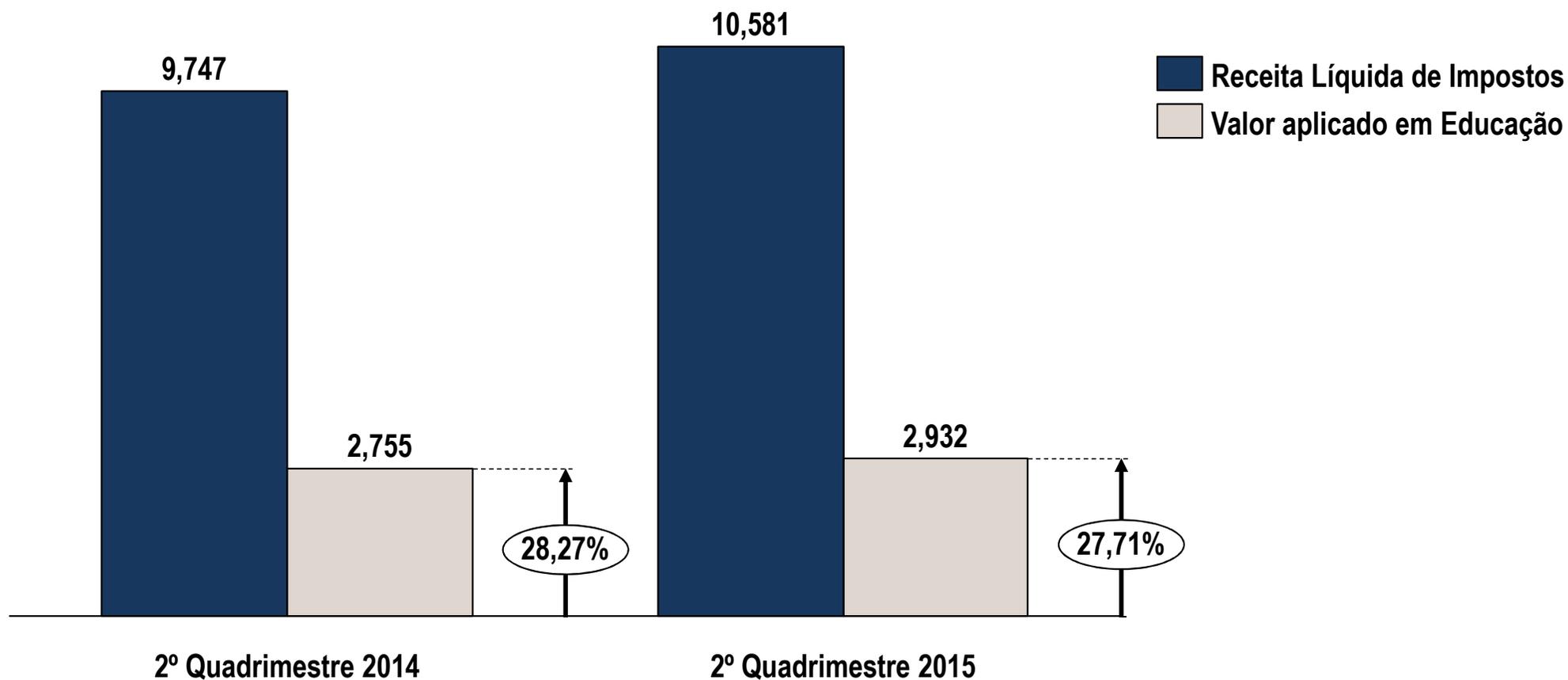
Fonte: SICONFI

* Quadrimestre anterior

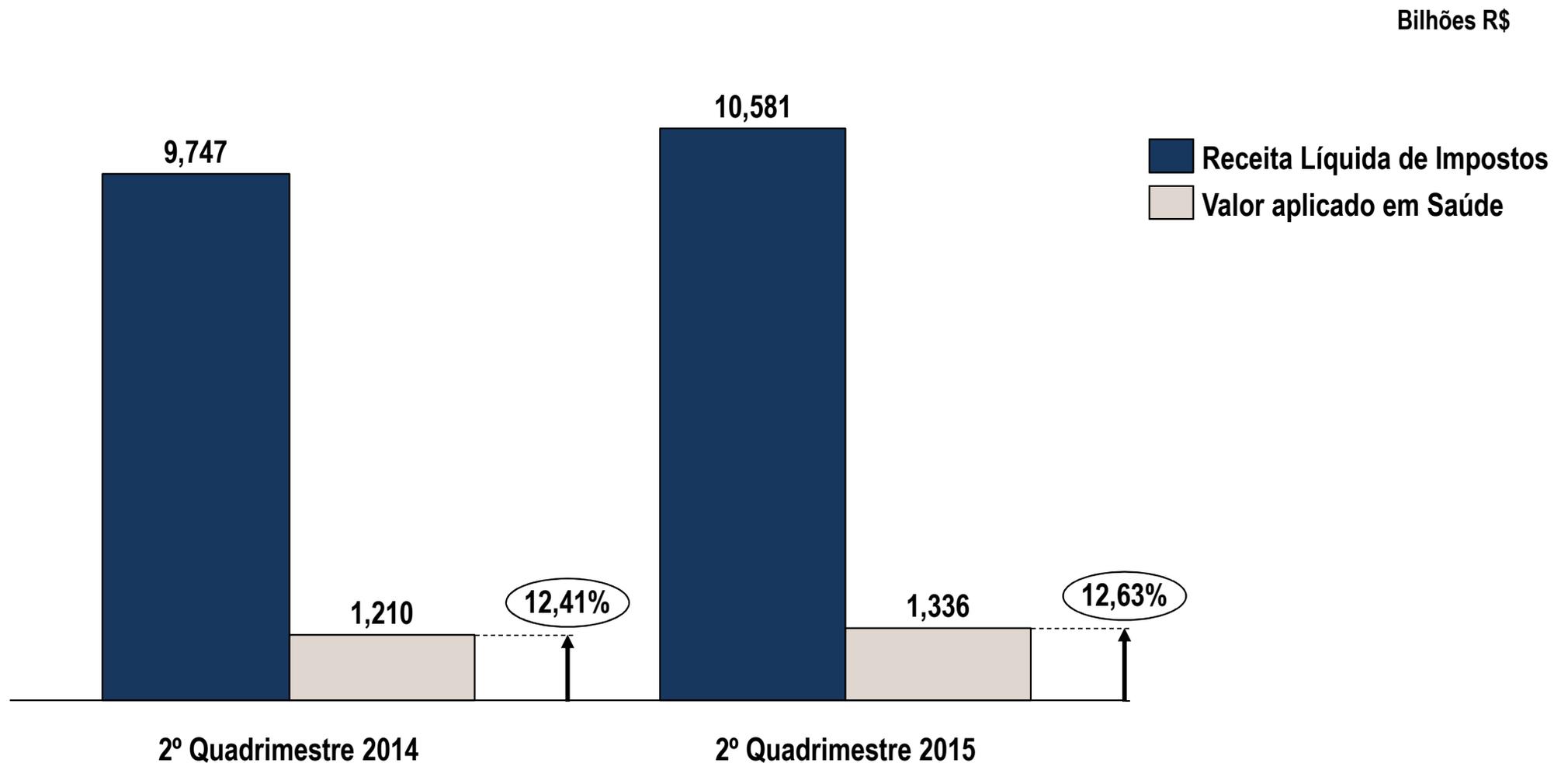


Aplicação do Mínimo Constitucional em Educação

Bilhões R\$

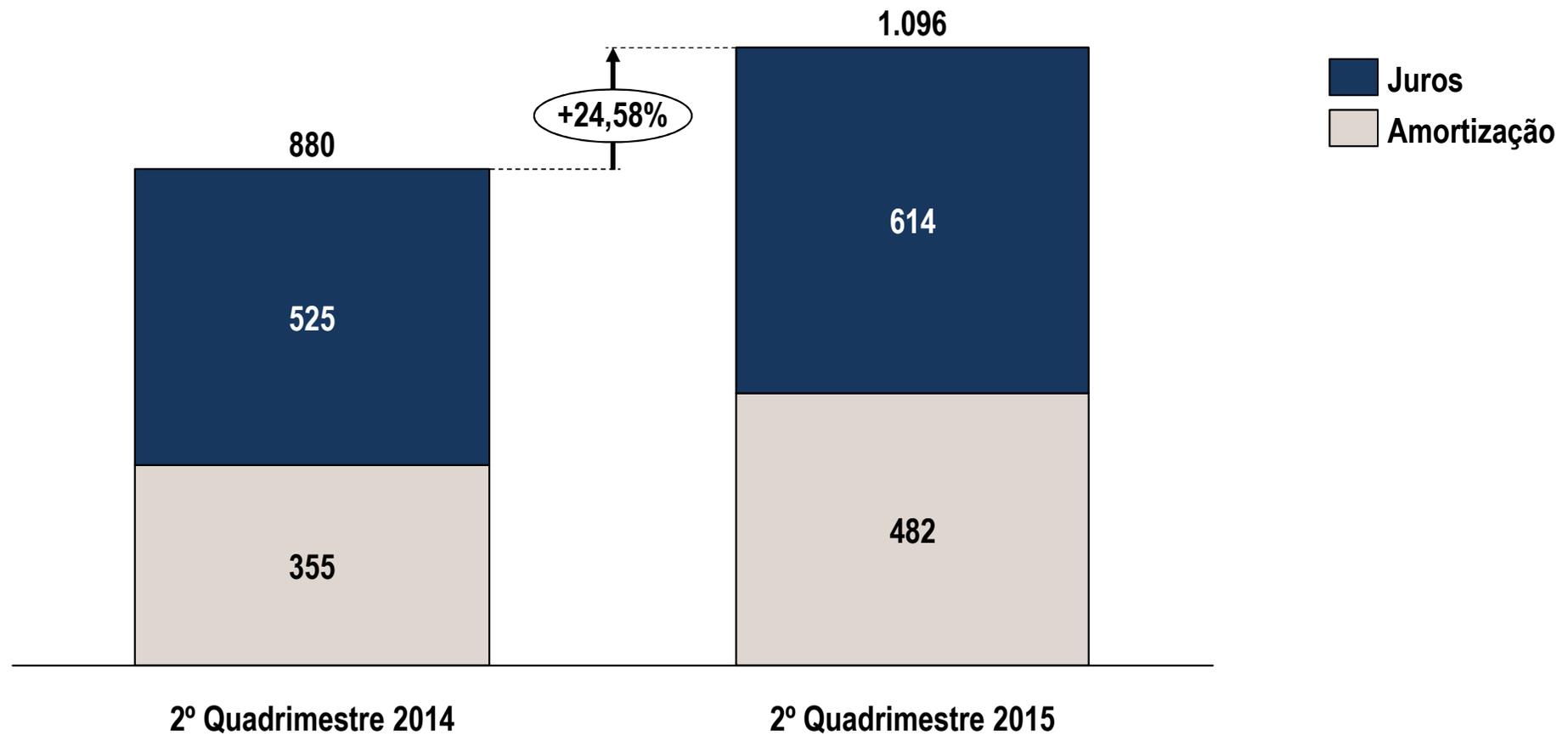


Aplicação do Mínimo Constitucional em Saúde



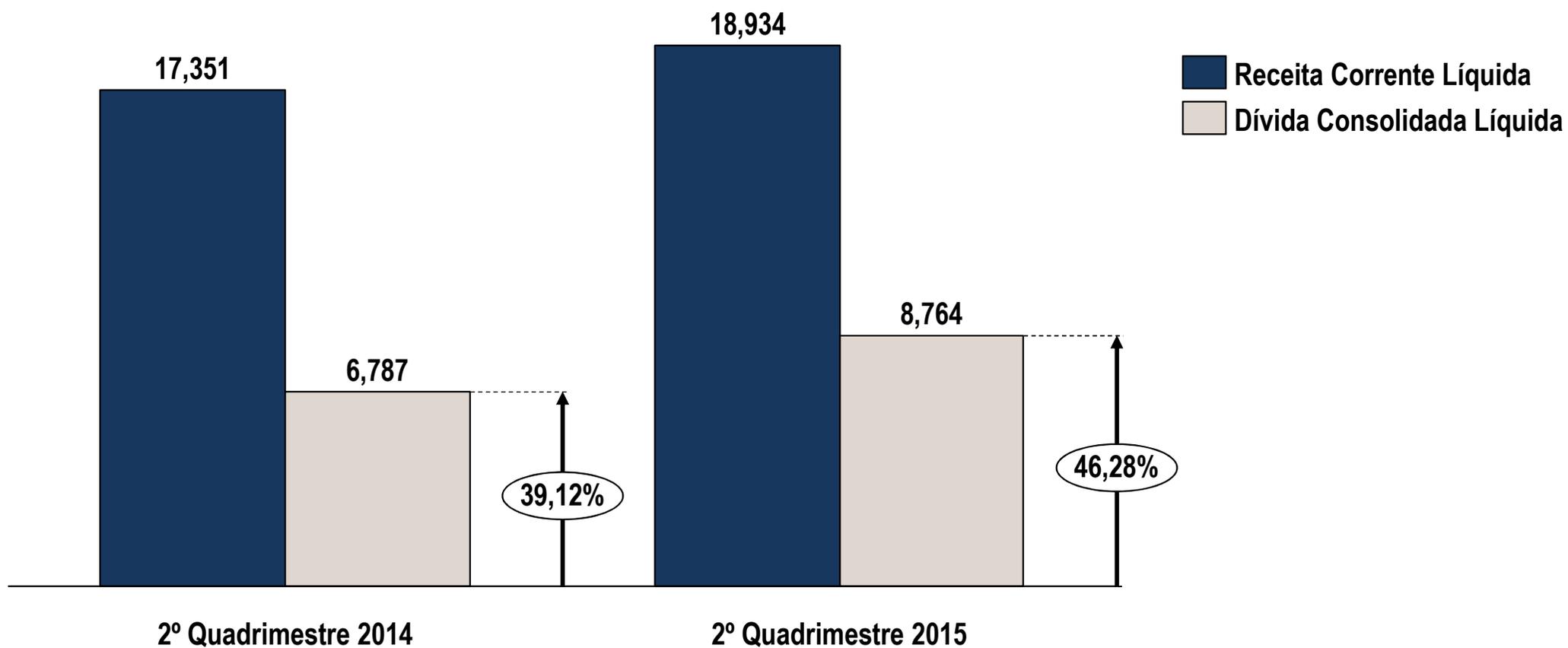
Pagamento da Dívida Pública

Milhões R\$

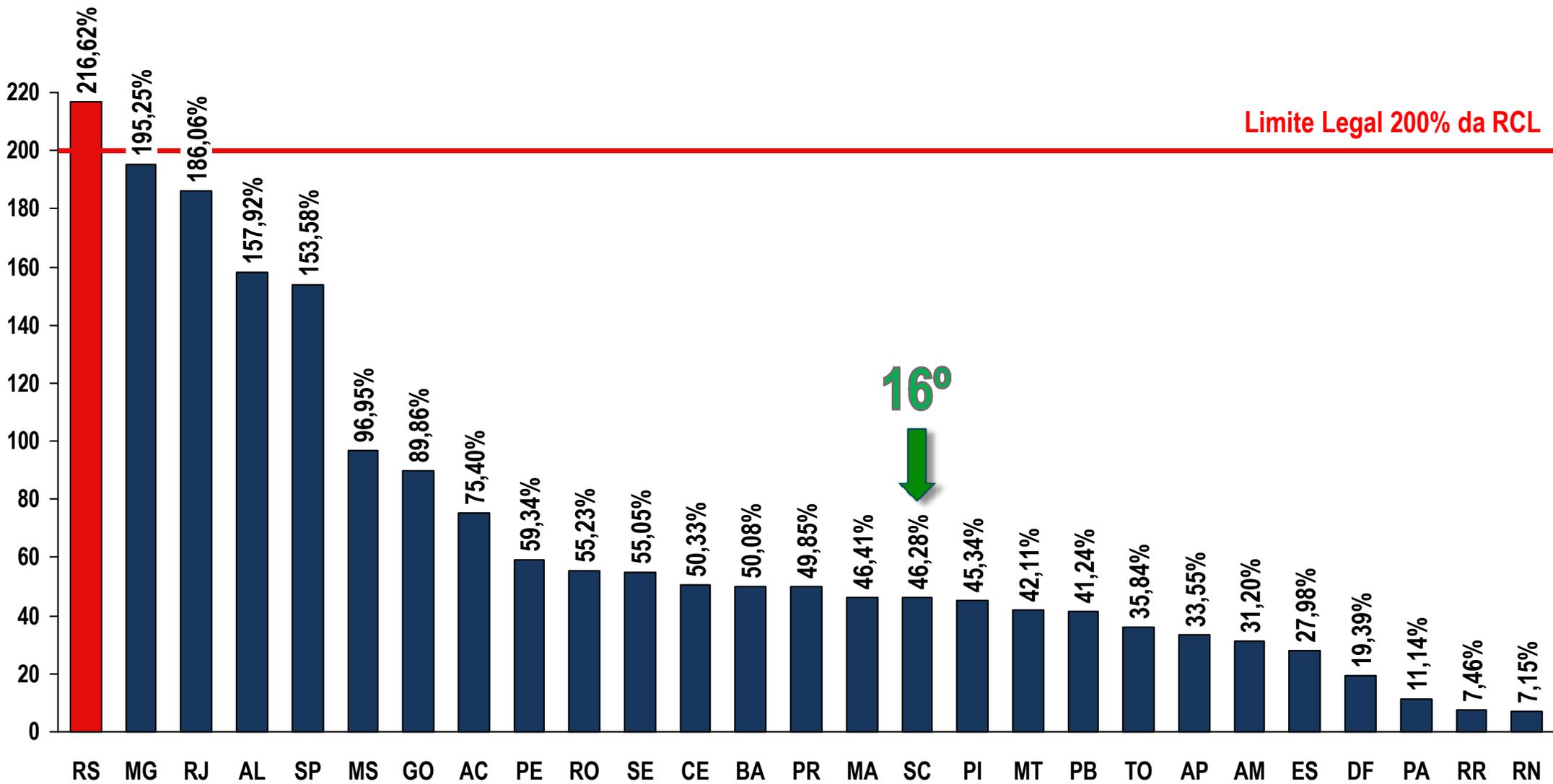


Dívida Consolidada Líquida

Bilhões R\$



SC no cenário nacional – Dívida Consolidada Líquida

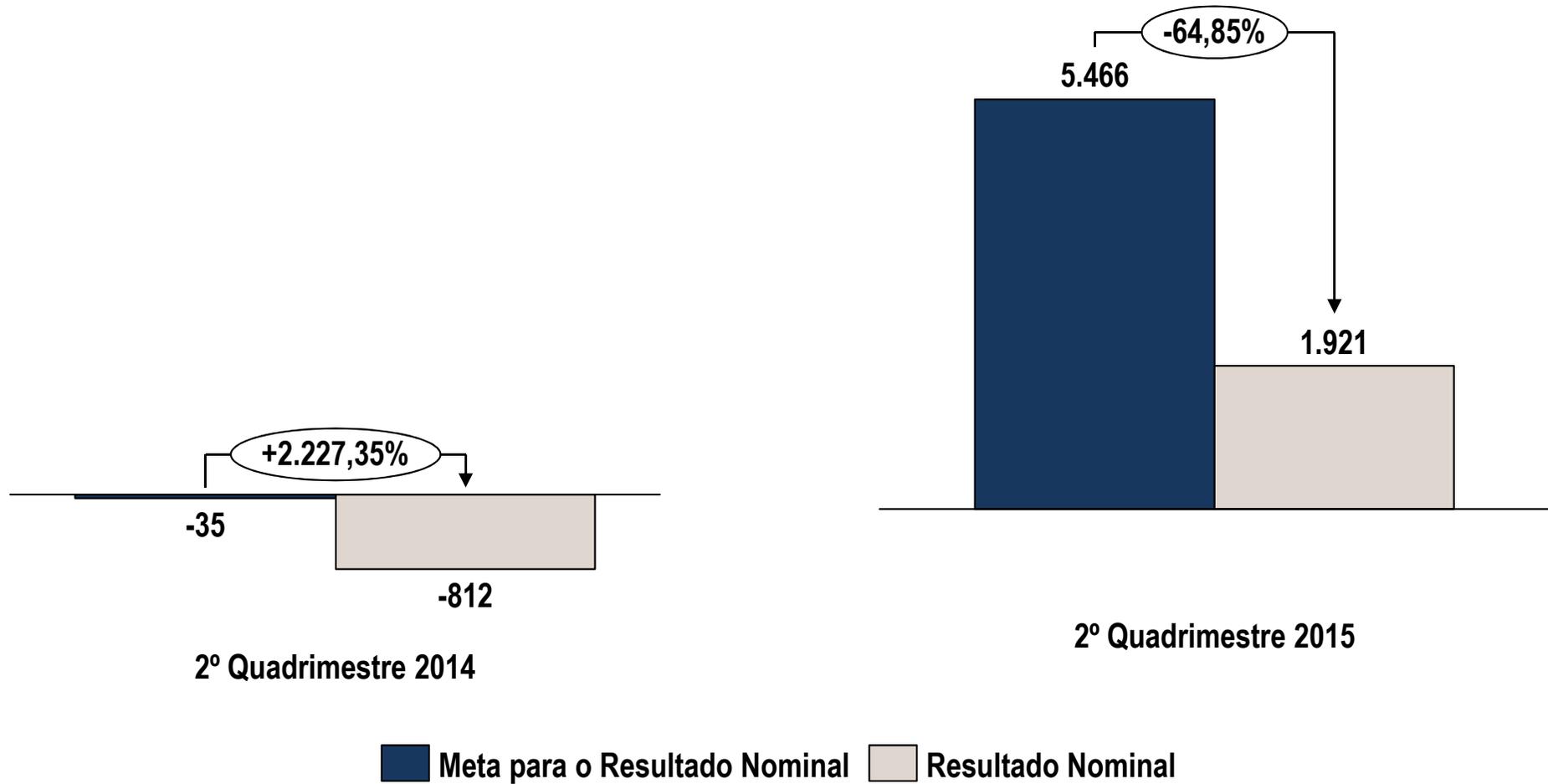


Fonte: SICONFI



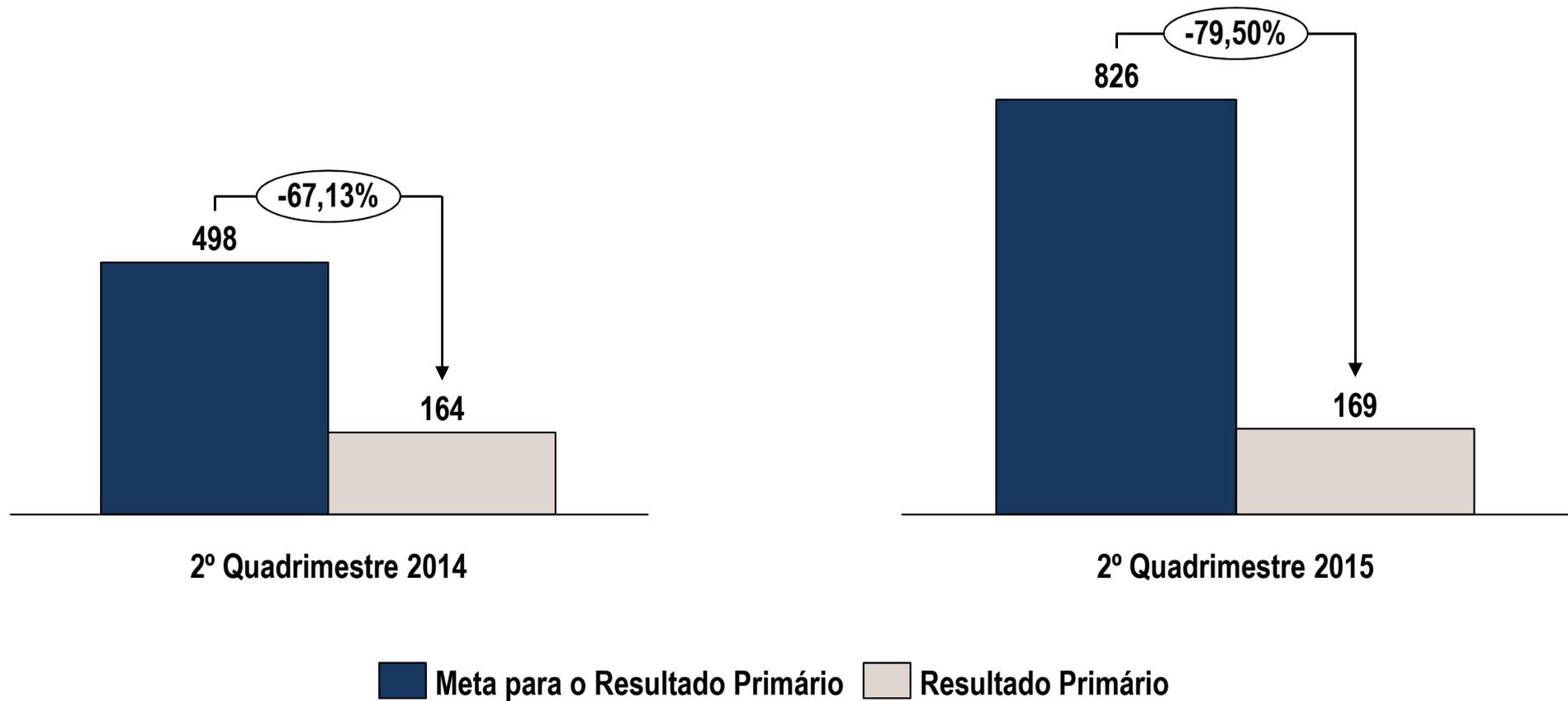
Resultado Nominal

Milhões R\$



Resultado Primário

Milhões R\$



Restos a Pagar Consolidado

Milhões R\$

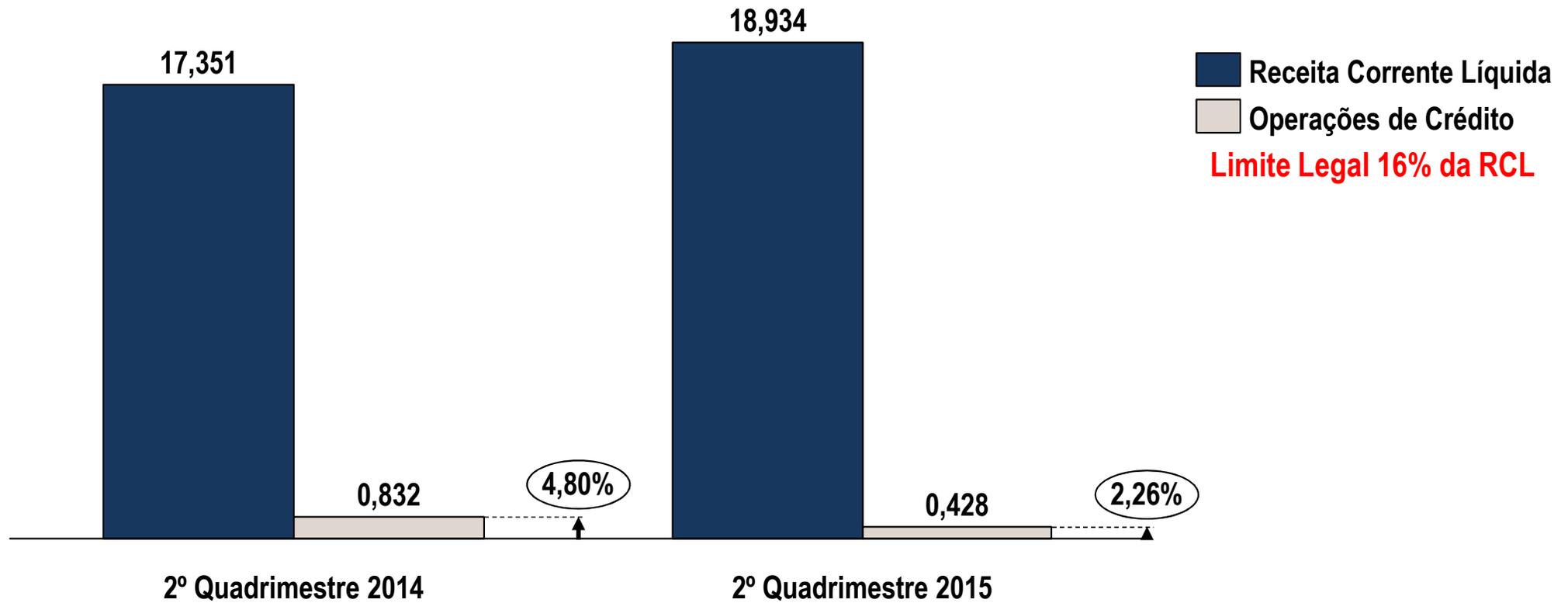
RESTOS A PAGAR									
PODER	Restos a Pagar Processados				Restos a Pagar Não Processados				
	Inscritos em 31/12/2014	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em 31/12/2014	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
EXECUTIVO	56,48	54,45	1,06	0,97	358,10	164,32	163,83	193,73	0,54
LEGISLATIVO	0,75	0,71	-	0,05	10,23	5,94	5,94	0,56	3,73
JUDICIÁRIO	-	-	-	-	56,45	36,14	36,14	20,32	0,00
MINISTÉRIO PÚBLICO	-	-	-	-	12,79	4,88	4,88	8,09	-
TOTAL	57,23	55,15	1,06	1,02	437,75	211,28	210,79	222,69	4,27

Fonte: DCOG



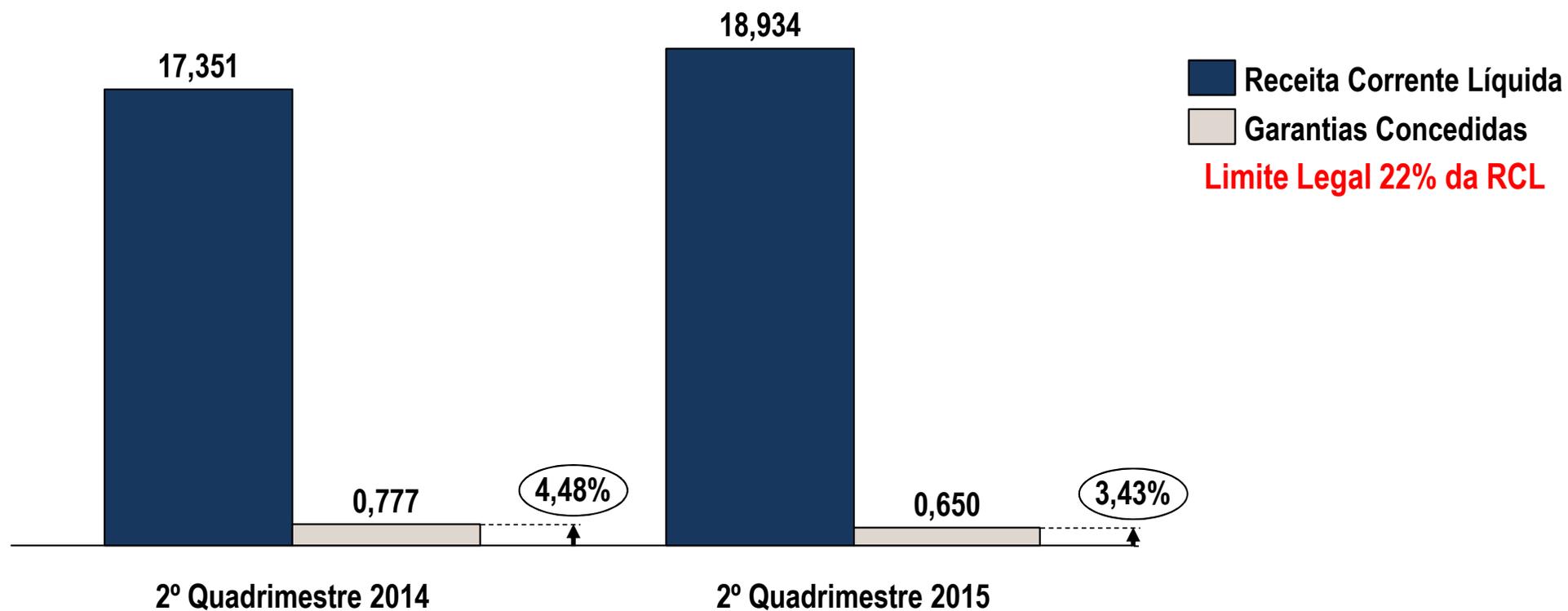
Operações de Crédito

Bilhões R\$



Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas

Bilhões R\$



OBRIGADO

Antonio Marcos Gavazzoni

